

A RESISTÊNCIA INDÍGENA NA CABANAGEM: O LEGADO GUERREIRO DOS *MURA* DO RIO MADEIRA

INDIGENOUS RESISTANCE IN CABANAGEM: THE WARRIOR LEGACY OF THE MADEIRA RIVER MURA

Welton Diego Carmim Lavareda ¹

RESUMO – Trata-se de uma proposta que analisa de que maneira o governo da língua portuguesa, impulsionado pelo dispositivo colonial (NEVES, 2015; 2020), ajudou a desarticular a resistência indígena dos *Mura* do Rio Madeira ao final do movimento cabano. Para tanto, consideramos o arcabouço teórico-metodológico de Michel Foucault no quadro dos estudos discursivos (2010a; 2010b; 2010c; 2016) e a operacionalização conceitual que vem sendo desenvolvida sobre gerenciamento linguístico na Amazônia (LAVAREDA, 2021; 2022). Assim, na busca de sistematizar a pesquisa, os procedimentos técnicos do estudo têm abordagem documental, tendo como instrumento para a produção dos arquivos a obra *Muhuraída* (WILKENS, 1989) e alguns monumentos registrados no Arquivo Público do Pará. Almeja-se, com este trabalho, também repensar a constituição de uma governamentalidade da língua à época da invasão do território brasileiro e, ao mesmo tempo, refletir sobre as condições de possibilidades históricas as quais nosso patrimônio linguístico foi discursivizado a partir de uma matriz de poder europeia instituidora de uma disciplinarização linguística na Amazônia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Governo da língua. Resistência indígena. Estudos foucaultianos. *Mura* do Rio Madeira.

ABSTRACT - It is a proposal that analyzes how the Portuguese language government, driven by the colonial device (NEVES, 2015; 2020), helped to dismantle the indigenous resistance of the Mura of the Madeira River at the end of the Cabano movement. To do so, we consider Michel Foucault's theoretical-methodological framework within the framework of discursive studies (2010a; 2010b; 2010c; 2016a) and the conceptual operationalization that has been developed on linguistic management in the Amazon (LAVAREDA, 2021a; 2021b). Thus, in the quest to systematize the research, the technical procedures of the study have a documentary approach, using the Muhuraída work (WILKENS, 1989) and some monuments registered in the Public Archive of Pará as an instrument for the production of archives. The aim of this work is also to rethink the constitution of a governmentality of language at the time of the invasion of Brazilian territory and, at the same time, to reflect on the conditions of historical possibilities in which our linguistic heritage was discursivized from a matrix of European power instituting a linguistic disciplinarization in the Brazilian Amazon.

KEYWORDS: Government of the language. Indigenous resistance. Foucauldian Studies. Madeira River Wall.

1 Introdução: desdobramentos fundamentais

A Cabanagem (1835-1840) foi um acontecimento marcado pela forte participação da população local, composta em sua grande maioria por indígenas e negros, representante de uma tática de força maior contra a autoridade constituída pelo pacto orgânico instaurado no Brasil Império.

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Adjunto I do Instituto de Letras e Comunicação (ILC-UFPA), docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional (PROFLETRAS - Unidade UFPA) e coordenador do projeto de pesquisa intitulado “Governo da língua: da Cabanagem à modernidade recente” (PROPEP-UFPA). weltonlavareda@ufpa.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6260-3558>

Os cabanos representaram a resistência a uma nova forma de colonização e entraram para a história oficial do Brasil como um governo “rebelde”, de “autoridade marginal”. Em janeiro de 1835, sob o comando de Antônio Vinagre, assumiram o controle da Província do Grão-Pará com o objetivo de derrubar as táticas de um governo de exceção e inaugurar uma outra forma de gestão no território. Quando o quartel e o palácio do governo de Belém foram conquistados pelos rebeldes, o então presidente da Província Lobo de Souza foi assassinado e substituído por José Clemente Malcher. Entretanto, em razão de muitas divergências internas cabanas, Malcher foi rapidamente deposto, sendo sucedido na presidência por Francisco Vinagre, e finalmente, “[...] por Eduardo Angelim que comandou os revolucionários cabanos durante alguns meses, até a repressão maior comandada pelo Marechal Francisco José Soares Andréa, enviado pelo governo central para destruir o movimento, deixando mais de 30 mil mortos” (FIGUEIREDO, 2016, p. 177).

De acordo com Magda Ricci (2016, p. 214), durante esse processo conflituoso, “[...] a revolução contou inicialmente com a liderança de parte da insatisfeita elite local branca e de ascendência portuguesa ou europeia que, no início do século XIX vivia na Província portuguesa do Grão-Pará”.

No Grão-Pará, antes da Independência do Brasil, as relações comerciais e políticas eram diretamente com Lisboa e isso não apenas pelas facilidades do comércio, mas também por determinações da divisão política da Coroa portuguesa. Segundo Jorge Caldeira (2017, p. 242), “[...] a região estava ligada administrativamente a Lisboa, e não ao Rio de Janeiro, o que se devia em grande medida ao regime de ventos do Atlântico, pelo qual a navegação à vela durava 20 dias até a Metrópole e 90 dias até o Rio de Janeiro”. Anterior ao movimento de Independência do nosso país, os governos da Província eram associados aos comerciantes ligados à Metrópole. Embora bastante onerosa, havia uma vinculação da economia local à economia europeia. A separação do Brasil estabeleceu um novo centro de poder, que passou a nomear os governadores do Grão-Pará, não mais enviados por Lisboa. Neste mesmo processo, desapareceram os navios que escoavam a produção local e traziam de Lisboa produtos europeus.

Esta perda de vinculação com o comércio internacional não foi compensada por outras formas de negociação propiciadas pelo Império brasileiro. Diante deste quadro, os representantes políticos do Rio de Janeiro limitavam-se a cumprir funções de arrecadar impostos e a restabelecer a ordem na Província do Grão-Pará e a interferir, de certa maneira, na política linguística da região. Nestas circunstâncias, iniciou uma decadência econômica e eclodiram violentas disputas pelo poder político no território. Sem comerciantes em condições de adquirir a produção e colocá-la no mercado, “[...] as dissensões descambaram em conflitos abertos entre os defensores do governo central e aqueles de um federalismo maior” (CALDEIRA, 2017, p. 243).

No Grão-Pará do início do século XIX, reunia-se uma grande quantidade de imigrantes europeus que somados à população local, e sua multiplicidade étnica, constituíam um verdadeiro ‘caleidoscópio’ político-linguístico. Diferentes interesses econômicos e políticos, embalados por profundas diferenças linguísticas, favoreceram uma espécie de lusitanização do nheengatu – Língua Geral Amazônica (LGA), a principal língua de contato no período da Cabanagem. Depois da supressão deste movimento, de acordo com Lavareda & Neves (2018), a imposição da língua portuguesa representará uma das principais tecnologias de governo do Império brasileiro.

Estes acontecimentos, à luz dos estudos discursivos foucaultianos, envolveram instituições de controle e mecanismos suscetíveis de assegurar a sua regulação e aqui foram lidos em dupla dimensão – o governo da população e o governo de si – biopolítica e biopoder,

portanto, respectivamente. Domínios conceituais foucaultianos significativos para delinear algumas balizas de desenvolvimento do Estado moderno no Grão-Pará ou o que chamamos de formação do Estado governamentalizado, em que governar está para além da organicidade de um Estado, isto é, estamos diante de práticas variadas de governo, “[...] à medida que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo” (FOUCAULT, 2016a, p. 411), consistindo em conduzir condutas e desenvolver “[...] uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes” (FOUCAULT, 2016, p. 429). Mantendo, deste modo, a noção de seguridade mais ampla possível na Província, inclusive, a seguridade linguística fortalecida por uma dada colonialidade do poder.

Prática discursiva efetivada por uma série de dispositivos, isto é, “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2016, p. 364).

O dispositivo colonial (NEVES, 2009; 2015; 2020), aqui fazemos “[...] referência ao sistema colonial, englobando o poder colonial das metrópoles europeias e a colonialidade, que representa sua atualização, com seus diferentes matizes” (*ibid.*, 2015, p. 15), associado ao poder pastoral e ao dispositivo escolar foram fundamentais para a desqualificação e hierarquização das redes linguísticas indígenas e de matrizes africanas faladas na Amazônia. Até porque, convém reforçar, que o termo “língua” é essencialmente ocidental e decorre da história cultural das sociedades europeias e das que se formaram à imagem delas.

Língua e literatura, então, faziam parte de uma ideologia de Estado carregada de estratégias múltiplas de controle da população. Dimensões nomeadamente definidoras da questão “[...] da formação do cânone, a forma como os valores nacionais e ocidentais vêm sendo entrelaçados para produzir os mapas linguísticos, as geografias históricas e as paisagens culturais do sistema mundial/colonial moderno, dentro dessa lógica interna (por exemplo, os conflitos imperiais) bem como em suas fronteiras externas (por exemplo, conflitos com outras culturas; a diferença colonial)” (MIGNOLO, 2020, p. 297).

De acordo com Quijano (2005), falamos aqui de uma categoria que nomeia um determinado padrão de dominação global constituinte do lado obscuro da modernidade. Assim, a colonialidade do poder instituiu um profundo eixo de organização social de dominação cultural que controlou a produção e a reprodução de subjetividades sob o escudo do eurocentrismo e da racionalidade moderna, baseado na classificação hierárquica da população e, no caso da Cabanagem, também das línguas. Deste modo, ao expandirmos o arcabouço conceitual da decolonialidade em diálogo com as práticas discursivas cotidianas do movimento cabano e ratificadoras da seguridade linguística da língua portuguesa, o que impõe um gesto de leitura histórico-discursivo, percebe-se o eurocentrismo funcionar, por um lado, como um lócus epistêmico de onde se forçará um modelo normativo de conhecimento linguístico e, por outro, designar seus variados dispositivos de saber como únicos e válidos.

Em outras palavras, esta colonialidade do saber convergente para o gerenciamento linguístico, sendo mais específico, “[...] estaria representada pelo caráter eurocêntrico do conhecimento moderno e sua articulação às formas de dominação colonial/imperial. Essa categoria conceitual refere-se especificamente às formas de controle do conhecimento associadas à geopolítica global traçada pela colonialidade do poder” (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 07). Ponto chave para a partir dos estudos discursivos e do prisma decolonial, portanto, fazemos aqui um novo investimento de pesquisa para trazer das

sombras alguns saberes sujeitados, realocando-os em outras memórias e, em um mesmo gesto, elaborar uma outra versão sobre a história das línguas na Pan-Amazônia.

Nos registros oficiais da história do Brasil, comumente, existem apontamentos de uma considerável participação de indígenas na Cabanagem (sociedades *Mawé*, *Munduruku* e remanescentes *Mura*). “[...] É necessário, no entanto, entender que não se trata de uma adesão de comunidades indígenas, de forma coesa” (MENÉNDEZ, 1992, p. 392). Contudo, não temos como negar, que mesmo perseguidos pelas leis e pelas armas, os *Mura* do Rio Madeira, indígenas detentores de uma cultura de guerrilha singular (muitos chacinados em 1838, na região de Autazes), foram fonte de inspiração para muitas táticas cabanas de resistência na fase final da revolução. Acontecimento que será melhor explorado nos tópicos posteriores.

Neste artigo, portanto, analisamos de que maneira o governo da língua portuguesa, impulsionado pelo dispositivo colonial, ajudou a desarticular a resistência indígena dos *Mura* do Rio Madeira ao final do movimento cabano. Vale destacar, que não se trata de historiografar detalhadamente a revolução popular, mas de buscar uma compreensão mais verticalizada da maneira complexa como a discursivização da empreitada colonial construiu e legitimou uma política linguística relativamente homogênea de leitura e interpretação das línguas e dos povos ditos colonizados.

Não vemos, contudo, o experimento colonial como um movimento unilateral e de mão única, pois sua estruturação envolve formas variadas de resistência e de subversões que emergem das dinâmicas coloniais. Foi a partir desta premissa, inclusive, que mergulhamos na cosmologia dos *Mura* do Rio Madeira, explorando outras formas de saber e de resistências indígenas reveladoras dos limites da epistemologia ocidental.

Posto desta forma, na busca de sistematizar a pesquisa, o trabalho está dividido em dois momentos: no primeiro, procuramos discutir sobre as questões teóricas, as quais fornecerão o suporte metodológico adequado para a compreensão dos movimentos analíticos. E em um segundo momento, tendo como instrumento para a produção dos arquivos a obra *Muhuraida* (WILKENS, 1989) e alguns monumentos registrados no Arquivo Público do Pará, mostraremos como o governo da língua consegue se estender para as menores partes do corpo e da alma, chegando, por exemplo, até o controle de algumas formas de rebelião à época do movimento cabano.

2 Governo da língua e necropolítica linguística²

Para dar conta da complexidade dos debates e dos acontecimentos que envolvem os contatos linguísticos e as tensões discursivas na história dos *Mura* do Rio Madeira, no período da Cabanagem, não descartaremos o princípio interdisciplinar que constitui o arcabouço teórico-metodológico deste texto. Afinal, esta peculiaridade foi responsável por mergulhar o movimento cabano em uma espacialização linguística heterogênea, fragmentada, fraturada pelas dinâmicas conflituosas do Período Colonial, em que os agenciamentos produzidos por um dado gerenciamento da população, começou a instituir teias normativas no cotidiano da região, onde uma rede difusa de mecanismos a que nada ou ninguém escapa funcionava de maneira estratégica.

² A “gênese” do debate proposto integra uma parte de um dos capítulos da Tese de Doutorado intitulada “O governo da língua na Cabanagem: (des)encontros coloniais na Amazônia” (LAVAREDA, 2021), sob orientação da Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves (UFPA).

Essas práticas desenharam em nosso território um governo da língua desde o início da colonização até os nossos dias. Falamos de um sistema de restrição linguística, dependente do poder instituído e da conjunção e correlação de forças sociais no curso da história, “[...] funcionar também como um elemento primordial para a dominação, processos de conquista e, posteriormente, atuar como um dispositivo de controle dentro de uma sociedade. Fazemos referência à língua do colonizador, em especial, a língua portuguesa” (LAVAREDA, 2021, p. 54).

As grandes navegações funcionaram como um grande empreendimento colonial, quando se intensificou o contato entre os povos no mundo em função da busca europeia por novos mercados, novas transações mercantis, outros interesses políticos de Portugal, Espanha, Inglaterra etc. As línguas europeias e suas cosmologias (sentimentos, religiosidades, formas de se perceber no mundo) representaram um dos mais potentes instrumentos de dominação e de vigilância em novos territórios. Neste sentido, o governo da língua na Cabanagem se organiza a partir de relações de poder e de saber historicamente construídas no jogo dos acontecimentos, e deixa ver como as manifestações linguísticas são também invenções culturais, emergências históricas, atravessadas pela colonialidade do poder.

A exemplo disso, em termos históricos, os próprios processos de conceituação e de nomeação das línguas na América Latina e no continente africano são iniciativas coloniais.

[...] Desde o século XVI as línguas indígenas e africanas foram descritas por missões cristãs a partir de um modelo latino de classificação e nomeação e, a partir do século XIX, por especialistas que passaram a seguir um modelo positivista e eurocêntrico. [...] A objetificação das línguas para fins de sua legitimação e gestão ocorre mediante uma série de instrumentos políticos: através da criação de mapas etnolinguísticos que sobrepõem línguas e etnias, distribuindo-as geograficamente e criando a ilusão de uma certa fixidez e territorialização das línguas e das pessoas; [...] como se as línguas em contextos multilíngues existissem de forma compartimentalizada (SEVERO, 2014, p. 25-26).

Desta forma, tomando como base a periodização da “Era dos Descobrimentos” fica evidente como o processo de construção dos Estados Nacionais, de ‘língua oficial’ portuguesa e suas opções de inserção internacional, levaram a subdivisões no modo de gerenciamento linguístico, criando e congelando efeitos de longo prazo, que se tornam, no entanto, crescentemente disfuncionais para as condições de existência do século XXI.

A colonização produziu um cenário de destruição cultural no qual a ‘guerra’ pela conquista do “Novo Mundo”, para alcançar a soberania colonial em busca de novas rotas de comércio, permitiu, abusivamente, que muitas forças europeias se achassem no direito de matar, inclusive, sistematicamente, exterminar a língua dos povos dominados. A este processo denominamos necropolítica linguística. “[...] Com isso, é possível compreender que a língua não é apenas um componente cultural de um povo, mas também um mecanismo de poder, de conquista e de controle social” (OLIVEIRA, 2018, p. 41). Para Neves (2018)³

[...] É certo que este não é um processo isolado das emergências históricas por que passou a América Latina e outras regiões colonizadas pelas nações

³ Comunicação oral durante o VI Seminário de Pesquisa do GEDAI, na Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2018.

européias desde o início da expansão ultramarina iniciada no final do século XV. Também entendemos que a *necropolítica linguística* não se reduz aos tentáculos da colonização europeia. Muito provavelmente, nas fronteiras linguísticas dos mais diferentes povos que habitaram e habitam esse planeta, sempre foi e sempre será muito grande a tentação de fazer prevalecer uma língua de maior prestígio em detrimento de outra.

Por esta perspectiva, o *governo da língua* dialoga com o conceito de necropolítica, criado pelo camaronês Achille Mbembe (2016), aqui reoperacionalizado para o espaço das interdições dos processos linguísticos experimentados pelos povos indígenas, africanos etc, no Grão-Pará cabano.

A partir da dimensão de necropolítica linguística é possível perceber, considerando as condições de possibilidades históricas visibilizadas, que os gerenciamentos linguísticos impostos pelo colonizador, pelas novas relações mercantis inauguradas pela expansão ultramarina e por suas estratégias de gestão da população, tinham como característica permanente uma política linguística baseada na morte, no extermínio de bens tangíveis ou intangíveis. Governamentalidade, cabe lembrar, segundo Regina Baracruhy (2018), apoiada nos escritos foucaultianos, é uma forma de governo com foco na população, entendida como um conjunto de indivíduos submetidos ao controle social, com o objetivo de assegurar uma melhor gestão da força de trabalho dentro da sociedade capitalista. Ou seja, os indivíduos são agenciados em uma rede de poder, instituída pela normatização dos corpos, por meio de técnicas de individualização e de procedimentos totalizadores. Em outras palavras, governamentalidade é gestão social, gestão da população, gestão de indivíduos.

Logo, é uma forma de gerir a vida da população que se organizará em dois grandes polos, segundo Michel Foucault (2016a): as disciplinas anátomo-políticas do corpo humano, que potencializam e aperfeiçoam as capacidades do corpo-máquina; e a biopolítica, que visa ao controle e à regulação da população no que diz respeito à saúde, higiene, alimentação, natalidade, língua etc. Ela se exercerá por meio de táticas, técnicas e mecanismos de segurança cujas funções são ordenar, classificar, nomear e excluir, por meio de normalizações que estão muito além das dimensões jurídicas. Como resultado desta movimentação, criam-se políticas de verdade sobre o corpo, a população e a vida.

O governo da língua, por excelência, “[...] também materializa um sistema de relações diversas de dominação, transformação dos sujeitos tomando como centralidade a disciplina linguística e o biopoder” (LAVAREDA, 2021, p. 56). No Brasil, o governo da língua começou a se instituir nos corpos indígenas, negros, mestiços, cafuzos. São os corpos dos sujeitos envolvidos nas disputas pelo poder e seus papéis performativos de linguagem que serão decisivos na construção e na solidificação de uma língua espalhada nas camadas populacionais (inter)nacionais. Este performativo aplica-se aqui para um universo da linguagem de conceituações não fixas e sua relação com a construção social do mundo. Assim sendo, o performativo produz efeitos que constroem, desafiam, “inventam” de antemão, uma dada ordem sobre algo ou alguma coisa como, por exemplo, a “invenção” da língua portuguesa ou do próprio nheengatu.

O sentido de “pureza linguística”, portanto, foi reoperacionalizado pelo “colonizador” à época da Cabanagem, para sedimentar desigualdades sociais de classe, gênero, raça. Também é neste momento que começa a substituição do braço indígena pelo do negro nas lavouras em prol de uma outra dinâmica de produção do capital etc. Logo, tornou-se extremamente necessário controlar os corpos e de maneiras cada vez mais eficientes e diversas,

pois com as cidades sendo arquitetadas na Amazônia, o povo (o território) se transformava em população.

Há que se considerar, como igualmente digno de importância, de acordo com Charlott Leviski (2018, p. 313), “[...] que a relação entre língua e nacionalismo se configura em tópico central para os territórios em desenvolvimento, sobretudo, as espacializações inseridas em emergências coloniais”. Visto que se objetivavam discursos de integração nacional para o domínio de um dado contingente populacional.

Os poderes e os saberes vindos da Metrópole, por conseguinte, passaram a ser exercidos através do controle sobre os nascimentos, mortalidades, saúde, maneiras de falar e condições de vida. A partir deste novo cenário, uma única manifestação linguística passa a ser entendida como recurso comunicativo oficial, para efetivar uma também inventada identidade nacional pelo viés da linguagem. Daí Walter Mignolo (2020, p. 291) afirmar que “[...] uma das armas mais poderosas para a construção de comunidades homogêneas foi a crença em uma língua nacional, ligada a uma literatura nacional, que contribuiu, no domínio da língua, para uma cultura nacional”. Com efeito, ao pensarmos em *governo da língua* na Cabanagem, defende-se que a hierarquização das línguas, enquanto prática discursiva, funcionou como alvo de uma razão de Estado e de uma tática de disciplinarização linguística no território amazônico.

[...] O interesse pelas línguas dos povos considerados nativos viabilizou e legitimou o uso de técnicas linguísticas coloniais que deixaram seus efeitos em práticas pós-coloniais [...] isso significa que gramáticas, dicionários, listas de palavras e uma série de instrumentos linguísticos foram produzidos com a finalidade de domínio e gerenciamento dos povos falantes dessas línguas (SEVERO, 2014, p. 12).

Deste modo, as unidades e os tópicos a seguir não mergulham no desejo de manter barreiras linguísticas, alocar pessoas em seus territórios respectivos, conectar as línguas com a necessidade do sentido de uma identidade nacional. Pelo contrário! Envolve um ritmo de análise em contínua construção, sempre se fazendo e se refazendo na busca de práticas discursivas, nas quais deslocamentos linguísticos estão em ação em um universo constituído por fluxos de textos, pessoas, línguas, territórios diversos e por contingências e ambigüidades.

3 Resistência indígena no Grão-Pará em chamás

*“No ano de 1756 principiou o dito Gentio Mura a sair em corço pelos circunvizinhos Rios; passando até a Fortaleza da Barra do Rio Negro, confluyente do Amazonas. Insensivelmente no Ano de 1765, até o de 75, enchiam já de terror, espanto, mortes, e rapinas, todos os rios confluentes do Solimões, ou Amazonas, funestando a navegação, o comércio, a comunicação, e população dos ditos rios. Gentio de Corço, sem estabelecimento perdurável, dividido em pequenos corpos aos quais os Moradores do Pará dão o nome de Malocas / Ocupando imensa extensão de terreno acrescentava a certeza do terror da sua barbaridade, e ferocidade, a incerteza do lugar da sua existência.
Henrique João Wilkens, “Muhuraida, Ou O Triunfo Da Fé”.*

Pela própria natureza do objetivo geral deste texto não temos a pretensão de refazer um percurso histórico abrangente dos movimentos cabanos. Interessa-nos, neste tópico, continuar estabelecendo os modos como um conjunto de relações e acontecimentos discursivos foram reelaborando, estrategicamente, um ideal linguístico homogeneizador com forte tendência

para o português europeu, a partir de uma dada série arquivista apresentada na unidade anterior.

Deste modo, evidenciaremos agora como o movimento cabano, precisamente encorpado para a intervenção de classes populares dos campos e das cidades nos destinos políticos da região com fim especial de modificar o *status quo*, foi orquestrado por sujeitos bem diversos, com formas de rebelião diferentes que “[...] variaram da deserção individual e coletiva à oposição, à incorporação ao mundo colonial” (HARRIS, 2017, p. 182), porém mergulhados em uma ‘rede de sensibilidade comum de resistência’ com o intuito de promover a revolução necessária para a complementação da emancipação política.

Conexão, inclusive, possível de estabelecer um ‘fio condutor indígena’ relacionado a uma ideologia revolucionária coletiva no Grão-Pará, até anterior aos “princípios liberais franceses” constituidores da “gênese” do ideário cabano. De modo que a língua e a cosmologia *Mura* também se manifestem como reflexões capitais para ampliarmos o cenário de discussão sobre o governo da língua portuguesa na Amazônia brasileira do início do século XIX. Até porque as perspectivas de tradições orais sugerem que o estudo da Cabanagem seja, fundamentalmente, instaurado desde o Período Colonial. Daí a necessidade em contemplar variadas “[...] formas de rebelião não como estratégias irrefletidas de sobrevivência, mas como parte do entendimento moral e cultural das pessoas” (*ibid.*, p. 183).

Sobre as fontes da história dos *Mura* nos séculos XVIII e XIX, segundo Marta Amoroso (1992, p. 298), “[...] os jesuítas são os primeiros informantes da história dos *Mura* e da população do Rio Madeira, ainda no final do século XVII”. Tendo destaque dois cronistas da Companhia de Jesus – João Daniel e Felipe Betendorf.

Nas séries arquivistas desta pesquisa, especialmente quanto à participação indígena na Cabanagem, destaca-se o poema épico sobre a Amazônia intitulado *Muhuraida ou Triunfo da Fé*, publicado em 1819. O autor do poema, Henrique João Wilkens, engenheiro militar português que esteve na Amazônia para tratar sobre os limites geográficos, concentra também grandes esforços de catalogação de dados nas conjunturas para a rendição do povo *Mura* à fé católica e sua feroz resistência em proteger o “sagrado território indígena brasileiro” da expansão do poder dos colonizadores.

Ao analisarmos a obra destacada em consonância com outros registros históricos, percebe-se que a população do Rio Madeira sempre reagiu de forma belicosa contra os agentes missionários e, ao mesmo tempo, evidencia-se que os *Mura* se autodeclaravam como nação inimiga dos portugueses. Acontecimentos que atribuem aos *Mura* o título de inimigos militares dos europeus.

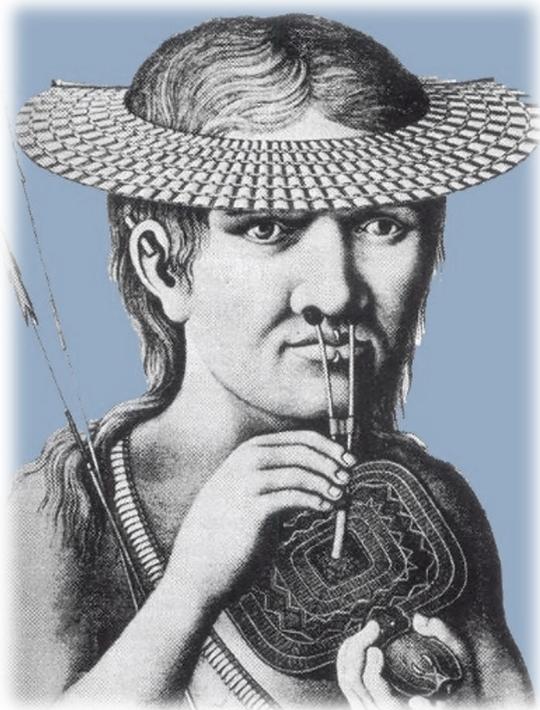
[...] Os *Mura* ficaram conhecidos, no início do Período Colonial, como os “piratas das vias fluviais”. Invadiam povoações coloniais e sequestravam indígenas e africanos escravos. Algumas vezes com a intenção de incorporá-los a sua sociedade. O jesuíta João Daniel conta um caso, para explicar o porquê de os *Mura* terem um “ódio entranhável dos brancos” (HARRIS, 2017, p. 185).

Com base em Amoroso (1992, p. 303), “[...] o gentil de corso, indígena bárbaro que não estava nas aldeias e vilas, do qual não se sabia o paradeiro, fazia parte da natureza indomada da região” que posteriormente se aliaria à causa cabana auxiliando, de maneira significativa, os companheiros de batalha com estratégias de guerrilha eficazes, a saber: os *Mura* dotavam de um conhecimento no qual compreendiam que a pólvora molhada não funcionava em determinadas situações; não eram sedentários e tinham pouca agricultura; traziam um

arquétipo de flecha mais veloz (o que os diferenciavam dos indígenas da nação dos *Munduruku* que, teoricamente, lutavam contra os cabanos, viviam em grandes “aldeias”, com casas multifamiliares e roças); e conheciam os rios da região com uma eficiência invejável.

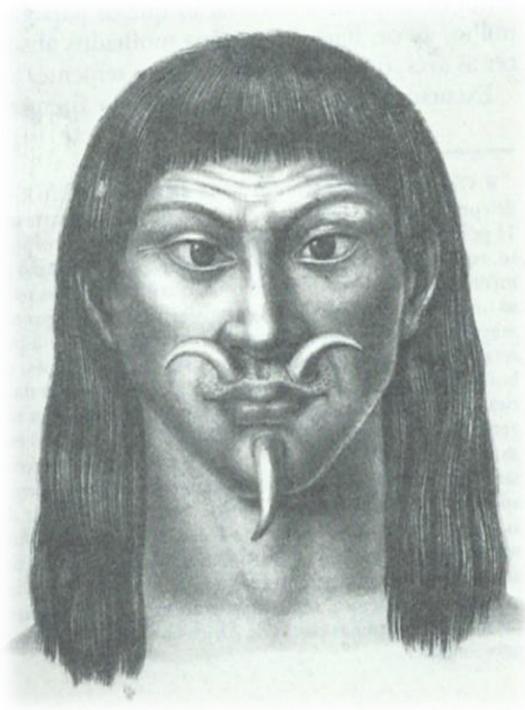
As **Figuras 01, 02 e 03** (a seguir) ilustram as peculiaridades citadas e, de uma certa maneira, evidenciam de forma mais potente determinados regimes estéticos (estereotipados) materializadores de uma memória social que ajuda a alimentar e rotular os *Mura* como ‘bárbaros’, ‘ferozes’, ‘infames’. Prática discursiva até bem comum no estado da arte sobre a Cabanagem quando o assunto em foco são os indígenas da região do Rio Negro.

FIGURA 01 – O USO DO PARICÁ PELOS MURA



Fonte: WILJENS, Henrique. 1989.

FIGURA 02 – HOMEM MURA



Fonte: Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Vol. III, 1981.

FIGURA 03 – ESTRATÉGIA INDÍGENA DE GUERRILHA: PARA QUEM?



Fonte: PRÉZIA, Benedito; HOOMAERT, Humberto, 2000.

A maioria das representações impostas à cosmologia *Mura* pelos registros literários, por exemplo, sempre foram lidas pelo dispositivo colonial impregnadas de um certo preconceito. Nesse aspecto, as formas de linguagem não são somente práticas representacionais, são, acima de tudo, um emaranhado de regras pelas quais se modificam a ordem das coisas no tempo e no espaço.

[...] Esse funcionamento não é transparente para o sujeito, ou seja, na maioria dos casos não percebemos como somos afetados pela ideologia e pelo inconsciente: simplesmente falamos como se estivéssemos na origem do dizer e como se dominássemos completamente os sentidos do que pretendemos dizer. São essas algumas questões conceituais que, uma vez colocadas no âmbito do terreno da Análise do Discurso, se encontram subjacentes à definição de discurso como efeitos de sentidos, efeitos de sentidos que colocam em xeque, justamente, a ilusão de uma comunicação transparente entre interlocutores (MARIANI; MAGALHÃES, 2013, p. 103).

Posto desta forma, o “*uso do paricá pelos Mura*” (**Figura 01**), dependendo de quem enuncie o discurso, isto é, do seu lugar de fala, pode ser considerado uma prática normal ou um costume exótico. Da mesma forma, como o arco e flecha pode ser considerado um instrumento de caça ou uma arma de ataque ou de defesa extremamente destemida nas mãos do homem *Mura* (“bárbaro”), nas batalhas pelos rios da região na Cabanagem (**Figuras 02 e 03**).

Chegamos então a um dos principais povos representativos da resistência do Período Colonial, os *Mura*, que, “[...] executando-se sua própria língua (que não pertencia ao tupi), dizia-se que os *Mura* tinham outro modo completamente diferente de comunicação, que era ‘mui gutural e quase imperceptível’” (HARRIS, 2017, p. 186). Nota-se, nas movências históricas mobilizadas, que eles usavam uma forma de comunicação específica quando queriam falar um segredo, especialmente em barcos, entre brancos, ou quando planejavam uma insurreição, um assalto ou um assassinato.

Resistiram o quanto puderam aos jesuítas e se colocaram como obstáculo às rotas comerciais. Depois, se levantaram contra o Império brasileiro. Eles significaram um grande empecilho às duas grandes frentes do dispositivo colonial na Amazônia. Logo, os *Mura* e o que eles representavam precisavam ser silenciados. Não sem razão, houve um grande esforço dos jesuítas em lhes impor o nheengatu, quando este povo ficou refém da proteção desses religiosos. Mas, mesmo assim, diante do levante cabano, quando as estruturas linguísticas estavam silenciadas, a cosmologia *Mura* ressurgiu.

Desta maneira, falar de Cabanagem e governo da língua portuguesa, a partir da *Muhuraida* (1819), é perceber que os acontecimentos discursivos portam traços culturais distintos, são regulados pela(s) cultura(s) que o(s) envolve(m) e que por meio deles outros acontecimentos, de outra forma, não teriam aparecido. Assim sendo, a leitura que se faz de Wilkens é com o desejo de investigar os acontecimentos camuflados na resistência indígena no Grão-Pará em chamas que, aparentemente, escaparam da história das línguas na Amazônia.

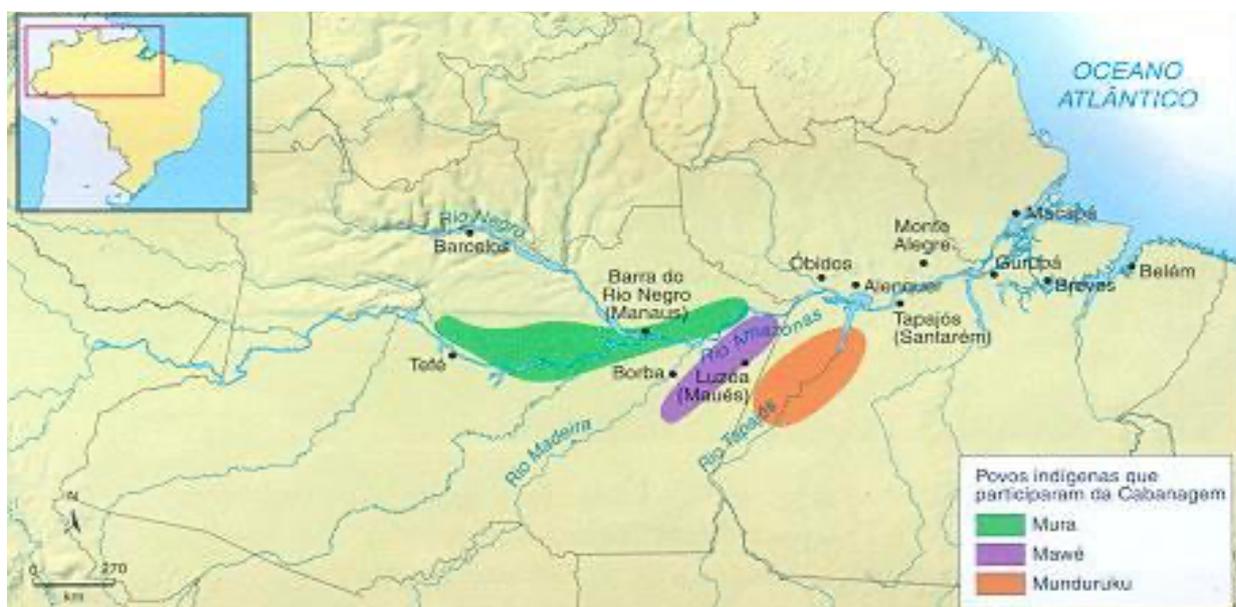
[...] Em 1784, quando os colonos nascidos no Brasil exigiam a exterminação deles como única alternativa à ruína total do Amazonas, e as expedições punitivas continuavam ineficazes, os *Mura* inesperadamente fizeram as pazes com os brancos. Cinco deles entraram na aldeia de Santo Antônio de Maripi, no baixo Japurá, seguidos depois de outros encontros pacíficos em Tefé, Alavarães e Borba, onde os números cresceram a mais de mil em três anos. A finais de 1786, quando Wilkens já acabara o seu poema, a tribo inteira fora descida em aldeamentos permanentes, e continuou a ter relações pacíficas até

a terceira década do século XIX, quando profundos antagonismos sociais e raciais a levaram a participar na Cabanagem.

Parece que a decisão de renunciar a sua resistência às pressões militares e culturais da sociedade branca foi o resultado da debilitação progressiva pelas epidemias, as crescentes influências não indígenas e as guerras implacáveis que travavam contra eles os Mundurucu, que avançavam do Madeira para o oeste [grifo nosso] (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1989, p. 213).

O mapa (**Figura 04**) e o ofício de José Antônio da Fonseca Lessa, Secretário do Governo, a Carlos Manoel de Alcântara, Secretário do Conselho Geral da Província, tratando dos problemas enfrentados pelo Governo, *em relação aos indígenas, na Região do Rio Negro*, de dois (02) de janeiro de 1833 (Códice 887; Documento 136), localizado no *Catálogo Seletivo da Cabanagem (Tomo I)* do Arquivo Público do Pará, também ratificam esta especialização de resistência indígena na Cabanagem, em grande medida oculta pela história oficial, e confirmam uma fratura bem peculiar de um movimento único na história do Brasil a colocar, de fato, o povo no poder.

FIGURA 04 – RESISTÊNCIA MURA, MAWÉ E MUNDURUKU NA CABANAGEM



Fonte: Atlas Histórico - Brasil 500 anos - Isto É, Editora Três, 1998 (adaptado)

[...] **Os conflitos dos Mura com a sociedade regional culminaram com sua participação na Cabanagem, ao lado dos rebeldes.** Um de seus feitos mais expressivos e que haveria de lhes causar dura perseguição, durante e após a rebelião, foi a derrota e morte do caudilho governista Ambrósio Pedro Ayres Bararóá, que liderava expedição punitiva aos pontos cabanos no lago do Autazes.

Provavelmente nenhum dos grandes grupos indígenas da Amazônia pagou preço mais alto que os *Mura* ao esforço contínuo de dizimá-los e de expulsá-los de suas praias e lagos tradicionais. A repressão aos *Mura*, após a Cabanagem, foi especialmente violenta, e dos sessenta mil índios, calculados em 1826, restavam poucos milhares em 1840 [grifo nosso] (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1989, p. 262-263).

Existem poucos estudos e registros mais abrangentes sobre a participação indígena na revolta cabana. Sabemos, no entanto, que é no interior do Grão-Pará, onde os conflitos bélicos vão se intensificar agenciados, de maneira mais decisiva, por três povos indígenas: os *Mura*, os

Sataré-Mawé e os *Munduruku*. Assim, uma das principais perspectivas em que podemos também olhar o governo da língua na Cabanagem está relacionada ao eco que ele produz nos movimentos de resistência indígena na região.

A Língua Geral Amazônica (LGA), por exemplo, representava uma importante estratégia das missões católicas, mas não era uma “língua nativa” de nenhuma sociedade indígena à época da Cabanagem, principalmente na região dos rios Negro, Madeira e Tapajós (**Figura 04**), ou seja, impor sistematicamente a LGA ao povo *Mura* foi uma tecnologia de poder e de apagamento efetivada pelo dispositivo colonial. Até porque essa região conjugava tanto grupos tupi como não-tupi, ...

[...] o que permite focalizar a política da língua geral em uma área com diversidade de línguas não-tupi (tapuia). A área apresentava aos jesuítas uma “mancha” de línguas tapuia, contrastando com a situação encontrada pela Ordem do Estado e do Brasil, mais homogênea linguisticamente (BARROS, 2000, p. 86).

Com efeito, toda rede de sensibilidade linguística envolvida na LGA já introduzia o cristianismo e a fratura nas práticas culturais indígenas. Afinal, a própria formação da oposição tupi *x* tapuia – que correspondia à oposição entre índios cristianizados e índios bárbaros (onde os *Mura* comumente são rotulados) – revelou-se produto da política indigenista colonial. Reitera-se ...

[...] a categoria tapuia – termo de origem tupi com sentido de “inimigo” – foi usada no Brasil para se referir aos grupos indígenas não-tupi, considerados bárbaros, em oposição ao grupo tupinambá ou demais nações de língua geral. Em termos linguísticos, essa oposição tomou forma daquela entre língua geral e línguas tapuia ou travadas. Oposição similar a essa também teve lugar nas colônias espanholas. No Equador, por exemplo, o termo “*auca*”, com significado de “inimigo” na língua *quéchua*, foi tradicionalmente usado para identificar os grupos não-*quéchua* (BARROS, 2000, p. 86-87).

Logo, quando pensamos no governo da língua portuguesa, que se impôs de maneira mais sólida a partir do século XIX, precisamos entender a LGA e as ‘línguas tapuia’ como empecilhos à colonização, sobretudo, linguístico. Daí tanto os missionários como o Império brasileiro reconhecerem na língua (patrimônio imaterial) e na cosmologia *Mura*, um dos seus principais inimigos. Assim sendo, o processo de gerenciamento linguístico feito na Amazônia cabana, mantém uma relação íntima com a ideologia colonial da manutenção de uma única rede de interação linguística comum historicamente situada em um dado território.

[...] Nesse sentido, o eurocentrismo funciona como um *locus* epistêmico de onde se constrói um modelo de conhecimento que, por um lado, universaliza a experiência europeia como modelo normativo a seguir e, por outro, designa seus dispositivos de conhecimento como os únicos válidos (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 07).

Dizimar, portanto, os *Mura* do Rio Madeira significava ampliar o empreendimento colonial português e ajudar a concretizar uma nova e singular realidade na Amazônia brasileira, sintetizada no desenvolvimento e na sustentação do governo da língua portuguesa na região, especialmente pelos descendentes indígenas incorporados à nova organização social ao final da Cabanagem. Não tivemos acesso ao detalhamento estrutural da língua *Mura* nos

documentos coloniais, porém este circuito de representação linguística contém um caráter discursivo importante para o debate ao identificarmos como sendo uma prática discursiva de origem não-tupi.

O movimento de gestão da língua no interior do Grão-Pará, então, também foi marcado por uma repressão colossal aos povos indígenas e amplamente determinante para asfixiar outras redes de sensibilidades linguísticas que não dialogassem com o dispositivo colonial, entre elas, a língua *Mura*, como uma constante ameaça de comércio com outras nações europeias já presentes no território Amazônico.

[...] Esses acontecimentos ajudam a constituir a matriz de poder na qual a experiência colonial se enraíza e a partir da qual ela é discursivizada. Tal experiência produz efeitos em quatro esferas interligadas (MIGNOLO, 2005): (I) econômica, pela apropriação de terra e exploração da mão-de-obra escrava; (II) política, pela imposição da autoridade, violência e hierarquizações de povos; (III) social, pelo controle do gênero e da sexualidade; (IV) epistêmica e subjetiva, pela apropriação, produção e imposição de conhecimentos e formas de ser (SEVERO, 2016, p. 14).

Todas estas representações e modos de agir são um arsenal discursivo poderoso para pensarmos a produção colonial e colonialista sobre as experiências travadas e vividas na Pan-Amazônia a partir da perspectiva dos agentes coloniais. Sobretudo, de acordo com Cristine Severo (2013), se fizermos a conexão com a racionalização dos Estados europeus seguindo o embalo da expansão marítima, da consolidação do mercantilismo, do aparecimento dos Estados territoriais, administrativos e coloniais (superando o feudalismo), e do surgimento dos movimentos de Reforma e Contrarreforma que colocavam em questão uma dada forma de condução dos indivíduos.

4 Considerações finais

Michel Foucault (2010d, p. 238), nos alerta que “[...] onde há poder, há sempre, resistência, sendo um coextensivo ao outro”. Logo, para as condições de emergência da Cabanagem, poder e resistência se enfrentam com táticas mutáveis, móveis, múltiplas, em um campo de relações de força cuja lógica colonial é menos regulamentada do que comumente pensamos.

A visão de governo da língua portuguesa, então, não se restringe ao conceito de que o planejamento linguístico é uma tentativa somente de alguém modificar o comportamento linguístico de alguma espacialidade por algum motivo, mas de examinar uma forma de poder mais ampla, buscando entender se os efeitos que ocorrem nos discursos oficiais, ou nos “detentores” do poder, ou nas decisões oficiais (dos “dominadores”), são os mesmos efeitos de dinâmica de poder que compõem os “dominados” e os seus processos de oposição, de subjetivação etc.

Considera-se, portanto, por meio deste percurso do olhar, que a vontade de saber sobre as línguas no contexto colonial fundamentou, em um só gesto do dispositivo colonial, a conversão religiosa (catequização) e a colonização linguística.

Deste modo, os parâmetros impostos pelo governo da língua portuguesa representam uma tecnologia de poder racista muito significativa para se efetivar a discursivização da colonização na América Latina e a necropolítica linguística que chega até a nossa história do presente. No

Grão Pará do início do século XIX, por exemplo, como tática do Império em nome de uma suposta modernidade, aqui mobilizando a formulação de biopoder do filósofo francês, tais parâmetros parecem funcionar mediante o controle entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer.

E operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define também em relação ao campo biológico.

[...] Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento da censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o nome de “racismo”. [...] A raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros. [...] Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é a condição para a aceitabilidade do fazer morrer (MBEMBE, 2015, p. 128).

Com efeito, as operacionalizações conceituais mobilizadas neste artigo, sugerem um caminho interpretativo importante para a constituição da historicidade da língua portuguesa no Brasil impregnada de um conjunto de instituições de controle que deve ser lido em dupla dimensão – o governo da população (o qual “carrega” o governo da língua portuguesa) e o governo de si – biopolítica e biopoder, portanto, concomitantemente. Domínios foucaultianos amplamente necessários para as análises realizadas neste texto como já anunciado em tópicos anteriores, isto é, os agenciamentos produzidos pela biopolítica começaram a instituir teias normativas no cotidiano da região, em que uma dada disciplinarização linguística representou uma tecnologia de poder fundamental para se solidificar a necropolítica linguística, a desarticulação da resistência indígena dos *Mura* do Rio Madeira ao final do movimento cabano e a ampliação do domínio da Amazônia brasileira.

Referências

- AMOROSO, Marta Rosa. Corsários no caminho fluvial: os mura do Rio Madeira. In: DA CUNHA, Manoela Carneiro (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992. pp. 297-310.
- ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Anais da Biblioteca Nacional** – Muhuraida. Vol. 66. (1944; 1989). Rio de Janeiro, 1989.
- BARACUHY, Regina. Práticas de governamentalidade e efeitos da biopolítica em festas populares: o sujeito entre normalizações e resistências. In: BARACUHY, Regina; GODOI, Edilene; NORONHA, Cecília (Orgs.). **Cartografias discursivas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.
- BARROS, Maria Cândida. Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII-XVIII). In: FREIRE, José; ROSA, Maria Carlota (Orgs.). **Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. pp. 85-112.

- CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza do Brasil** – cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito** – curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Editora Wmf Martins fontes, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010c.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** - curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2010d.
- FOUCAULT, Michel. A “Governamentalidade”. In: **Estratégias, Poder-Saber**. Coleção Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia** – Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil 1798-1840. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017
- LAVAREDA, Welton. **O governo da língua na Cabanagem: (des)encontros coloniais na Amazônia**. 2021. Tese (Doutorado em Letras/Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- LAVAREDA, Welton. O governo da língua na modernidade recente. In: **Revista Heterotópica**. V. 4; n. 3, jan.-jun. 2022. p. 44-63.
- LAVAREDA, Welton; NEVES, Ivânia. Políticas linguísticas na Cabanagem: diálogos e duelos com o nheengatu. In: **Revista Interseções** – estudos sobre práticas discursivas e textuais (*Online*), Edição 25, ano 11, 2018. pp. 66-85.
- LEVISKI, Charlott Eloize. O governo da língua: implicações do conceito de gestão na política linguística. In: **Revista da ABRALIN**, v. 17, n. 2, 2018. pp. 294 -331.
- MARIANI, Bethania; MAGALHÃES, Belmira. Lacan. In: OLIVEIRA, Luciano (Org.). **Estudos do discurso** – perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola editorial, 2013. pp. 101-122.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: **Arte & Ensaios**. n. 32, 2016. pp. 123-151.
- MENÉNDEZ, Miguel. A área madeira-tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: DA CUNHA, Manoela Carneiro (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992. pp. 281-296.
- MIGNOLO, Walter. **Projetos locais/projetos globais** – colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- NEVES, Ivânia. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. In: **Revista Moara**. Edição 43, Jan-Jul, 2015. pp. 26-44.
- NEVES, Ivânia. Fraturas contemporâneas de histórias indígenas em Belém: sobre mármores e grafites. In: **Revista Maracanan**. n. 24, maio-ago., 2020. pp. 544-566
- OLIVEIRA, Cristiane. **Necropolítica linguística: silenciamento e resistência da língua tenetehara nas aldeias do Guamá**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2018.
- RICCI, Magda. Passos imperiais e (des)compassos cabanos: Belém e sua “índole” – 1800-1840. In: LACERDA, Francinete; SARGES; Maria (Orgs.). **Belém do Pará: história, cultura e cidade** – para além dos 400 anos. Belém: Açai, 2016. pp. 205-227.
- RICCI, Magda. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. In: **Anais do Arquivo Público do Pará** – Belém: Secretaria de cultura/Arquivo público. 2001. V. 04, pp. 241-274.

SEVERO, Cristine. A diversidade linguística como questão de governo. In: **Caleidoscópio**. São Leopoldo, RS, v.1, pp. 107-115, 2013.

SEVERO, Cristine. Línguas e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações. In: SEVERO, Cristine; SITOIE, Bento; PEDRO, José. **Estão as línguas nacionais em perigo?** Lisboa: Escolar Editora, 2014.

SEVERO, Cristine. A invenção colonial das línguas da América. In: **Alfa**. São Paulo, v. 60, n.1, pp.11-28, 2016.

Recebido em: 04/06/23

Aceito em: 21/08/23